



RAÇA MERINA

Claudino Matos

Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Merina

Rua Cidade de S. Paulo

Apartado 296

7801-904 Beja

ORIGEM

A origem da raça Merina não é consensual, admitindo a maioria dos autores que os Merinos Portugueses descendem do Merino Espanhol “Ovis aris africana”. Para Helman (1965) o Merino Espanhol descende de uma forma de ovino selvagem primitivo, natural da Ásia Menor, o “Ovis arkal”, também chamado “Ovelha das Estepes” que terá sido difundido em tempos remotos em áreas extensas, particularmente das costas do ar Mediterrâneo, não se conhecendo com precisão o processo inicial de consolidação da raça. Montilla (1955), defensor de que o gado merino teve a sua origem nas regiões quentes do sul de Espanha, citando Aparício (1911), refere que a origem do Merino Espanhol resulta da união do “Ovis orientalis” com “Ovis vignei” que seguiram a emigração dos povos Camitas ao longo da costa Mediterrânica. Bentes (1920), defende que a raça Merina Espanhola foi introduzida em Espanha em 712 pelos Mouros, depois da batalha contra os Godos, em que foram vitoriosos, havendo também quem diga que ela procede de uns carneiros ferozes e selvagens que Columella comprou em Cadiz a uns africanos domadores de feras, que os trazia como fazendo parte de uma colecção de animais ferozes importados de África.

Certos autores referem também que o mais antigo representante da raça Merina seria de lã pigmentada, sendo seus descendentes os ovinos criados pelos Turdetanos, Vetões e Lusitanos, na região da Península Ibérica (Sobral *et al.*, 1986) e que os Merinos de África teriam sido transportados pelos ibéricos aquando das conquistas (Girard, 1927, citado por Sanz, 1986). Outros autores justificam que a origem do Merino foi devida à introdução de raças produtoras de lãs finas, originárias da Ásia Menor (Palestina) e de zonas costeiras do Norte de África, trazidas pela tribo Beni-Merines em 1146, e que através do Mediterrâneo entraram no sul de Espanha (Sanz, 1986).

HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS

Na opinião de Helman (1965), a história do gado Merino está intimamente ligado ao processo social, político e económico de Espanha. Assim durante o domínio dos Romanos, Visigodos e posteriormente dos Mouros, a raça foi fomentada em vários graus, iniciando estes últimos a fabricação de tecidos que imediatamente se tornaram famosos no mundo inteiro. Em 1273, o rei Afonso X cria “Honrado Consejo de la Mesta de Pastores”, organização que Bernardo Lima (1873) qualificou de poderosa e privilegiada associação de reis, príncipes e grandes senhores que se propunham à multiplicação e conservação selecta de carneiros Merinos, embora com sacrifício e prejuízo da cultura de terras.



Com o andar dos tempos o gado merino viria a adquirir grande expansão, perdendo a Espanha o monopólio das suas lãs, que, durante séculos, havia imposto no comércio fabril de todo o mundo (Montilla, 1955; Helman 1965). Segundo Aran citado por Helman (1965) a exploração do gado Merino Portugal ter-se-à processado desde tempos muito remotos dado a história de ambos os países e à semelhança do solo e clima. Além disso, acrescenta aquele autor, que Lisboa foi em diferentes ocasiões porto de saída de importantes lotes de animais Merinos. Miranda do Vale (1949) apesar de não negar que os Merinos nacionais provêm do Merino Espanhol, admite ainda que aqueles são a dispersão dos arietinos do Norte de África, directamente importados pelos conquistadores portugueses. Monteiro (1963) referindo-se à expansão do gado Merino em Portugal, pensa que esta terá tido maior significado a partir do século XV, quando começou a haver uma crescente valorização e procura de lãs finas; contudo já anteriormente se teria verificado a sua lenta introdução através da transumância dos rebanhos Merino Espanhóis, em terras Alentejanas, costume que foi mantido durante séculos e só viria a desaparecer com as Guerras da Restauração.

No entender de Cordeiro (1982), os criadores portugueses tendo conhecimento do valor das lãs Merinas Espanholas, não tardaram em fazer aquisições nas províncias fronteiriças de Espanha (Estremadura), primeiramente de reprodutores pretos e depois brancos, que mais se intensificaram com as maiores exigências da indústria de lanifícios.

A nível oficial, a introdução do Merino Espanhol em Portugal deveu-se à iniciativa do Marquês de Pombal (Cordeiro, 1982). Desde a altura em que se deu a difusão a partir de Espanha e inclusivamente a partir de Portugal, conforme admitem alguns autores, a raça Merina ao estabelecer-se nos diversos ambientes e sendo conduzida em termos de aperfeiçoamento dos seus caracteres, foi alvo de acentuadas melhorias que lhe permitiram exhibir “performances” superiores às dos seus ancestrais (recordamos o Merino Rambouillet, Merino Precoce, Merino Alemão, etc.). Daí que, para o melhoramento dos nossos efectivos, tenhamos frequente e repetidamente recorrido à importação destes animais. Em tempos mais recuados e devidos às suas qualidades, universalmente conhecidas, a raça Merina foi melhorada no sentido dos caracteres referentes à produção de lã. Neste capítulo salienta-se a acção dos nossos Serviços Oficiais de Assistência Técnica à Ovinicultura que, entre 1940 e os anos 60 para além de outras acções dignas de realce, se preocupou essencialmente com a substituição progressiva do Merino Preto pelo Merino Branco.

Com o intuito de melhorar as características lanares temos encontrado na bibliografia, Bragança (1903) e Miranda do Vale (1949), imensas referências à importação do Merino Rambouillet e do Merino Espanhol, raças que motivaram o interesse dos nossos técnicos a tal ponto que contribuíram para a criação do então designado “Merino Precoce Fonte Boa”.

Mais recentemente, e dado que a lã se tornou uma vocação secundária, foi a produção de carne que tomou o rumo dos objectivos. Tudo indica que a raça Merina também conseguiu dar resposta a esta solicitação e julgamos não errar muito se a considerarmos nas primeiras linhas das raças modernamente recomendadas como produtoras de carne. Das raças exóticas que segundo Portugal, J. e Calheiros, C., (1964) actualmente são exploradas no nosso país, destaca-se pelo seu número, nível zootécnico e influência dos Merinos Brancos, o Merino Precoce, utilizadas em cruzamento industrial com vista à produção de carne, apontam aqueles autores, as raças Ile-de France e Merino Fleichechaf.



Em termos de efectivos estima-se que a população Merina portuguesa ronda o milhão de animais. A raça Merina Preta, que no fim do século passado representava aproximadamente 50% do efectivo Merino nacional (920 314 cabeças - arrolamentos de gados de 1870) passou para 14,3% na década de 50 (371 328 - arrolamentos de 1955) tendo o seu declínio continuado até aos finais da década de 80 (Sobral *et al.*, 1986). Se considerarmos os efectivos inscritos no Registo Zootécnico da Raça, actualmente existem aproximadamente 10 000 fêmeas Merinas Brancas e 10 000 Merinas Pretas, sendo de 20 e 42 o número de criadores, respectivamente. No que diz respeito à dispersão geográfica, podem encontrar-se animais Merinos em todo o Sul do país, sendo contudo o Alentejo a região onde os efectivos são mais expressivos.

SISTEMA DE EXPLORAÇÃO

O sistema de exploração mais comum é o regime de sequeiro extensivo, com efectivos de grandes dimensões (300 a 500 ovelhas), sendo hoje em dia a produção de carne o objectivo principal. Tradicionalmente, o manejo reprodutivo mais utilizado baseava-se em duas épocas de cobrição (Primavera e Outono) o que permitia a colocação de borregos no mercado nas épocas do Natal e da Páscoa, respectivamente. Tem-se observado alguma intensificação no ritmo reprodutivo dos rebanhos, optando alguns criadores por épocas de cobrição de 2 meses de duração o que permite a obtenção de dois partos em dois anos. Outros criadores têm optado por manter os carneiros permanentemente no rebanho.

O manejo alimentar consiste na utilização de pastagens naturais ou semeadas à base de consociações de leguminosas e gramíneas. No Verão, é hábito utilizar os restolhos dos cereais. A suplementação à base de concentrados é cada vez mais frequente e ocorre principalmente nos meses de Outono-Inverno e em períodos de carência alimentar em anos de seca.

A existência de construções (ovis) e o parqueamento (cercados) facilitam o manejo do efectivo, ao nível das partições, afillamentos, suplementações alimentares e recria de borregos à base de concentrados, prática cada vez mais usual.

Em termos de manejo sanitário, para além das vacinações que fazem parte do plano sanitário nacional é usual proceder-se a duas vacinações anuais contra pasteureloses e enterotoxémias e a desparasitações contra parasitas internos e externos.

A tosquia é realizada por volta dos meses de Março e Abril independentemente do sistema de exploração.

MELHORAMENTO E CONSERVAÇÃO GENÉTICA

A Associação Nacional de Criadores de Ovinos de Raça Merina, em colaboração com os organismos oficiais, apresentou recentemente um programa de melhoramento e conservação ao Programa de Desenvolvimento Rural 2006-2013 para as raças Merina Branca e Merina Preta. O programa está direccionado para a produção de carne e inclui



também como objectivos de melhoramento aspectos reprodutivos e de qualidade da carne. Do programa faz ainda parte a conservação de germoplasma de modo a garantir a preservação das duas raças.

FUTURO (Aspectos Positivos/Negativos)

O sector de pequenos ruminantes vem atravessando uma crise profunda motivada essencialmente pela subida dos preços de factores de produção (essencialmente rações e combustíveis), pela descida dos preços dos produtos pagos no criador e pela escassez de mão-de-obra especializada. Este aspecto reflectiu-se de sobremaneira na Raça Merina Branca que, em termos de animais inscritos no Registo Zootécnico, viu reduzido o número de fêmeas em mais de 50% entre 2000 e 2008. No contexto nacional, as raças Merina Branca e Merina Preta apresentam um potencial de produção de carne assinalável, aliado a características de rusticidade, longevidade e resistência a doenças. Dado que se trata de animais explorados em regimes extensivos, muitas vezes associados ao ecossistema montado, julga-se que poderão ter um papel importante a desempenhar no âmbito dos novos modos de produção sustentada. Igualmente importante é o papel ambiental que estas populações ovinas têm ao contribuírem para a biodiversidade e combate aos incêndios. Em termos sócio-económicos ressalta a produção de produtos de qualidade e a fixação das pessoas no meio rural.